

E a vontade política?

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 05.01.04

Sem dúvida existem restrições econômicas. Mas desde quando a ortodoxia convencional as respeita?

Na maioria das avaliações do primeiro ano do novo governo a tônica é a mesma: Lula não foi fiel a seus compromissos de esquerda, mas fez o que era possível, dadas as restrições econômicas. Essa, porém, é uma avaliação, além de conservadora, equivocada, que faz coro à ortodoxia convencional. Seria necessária uma submissão tão explícita aos interesses da direita e do sistema financeiro internacional? Não haveria uma terceira alternativa entre o populismo e a ortodoxia convencional? Não teria faltado a verdadeira vontade política, que respeita essas restrições econômicas e atende ao interesse nacional?

Dentro do próprio governo vimos que esse espaço existe em relação à política comercial. Nas reuniões da rodada Doha e da Alca, o Brasil revelou-se um país soberano, capaz de defender com equilíbrio o interesse nacional. E a ministra Dilma Roussef foi capaz de definir uma política energética competente, que reconhece a impossibilidade de implantar no Brasil um mercado verdadeiro de energia num momento em que a nossa matriz energética está mudando e o custo marginal da energia elétrica triplicou.

No mais, porém, e principalmente na política econômica, imperou o princípio de que o Brasil não tem condições de enfrentar a ortodoxia convencional adotada pelo Tesouro norte-americano e o FMI para controlar os países em desenvolvimento. Somos dependentes do crédito externo, logo devemos alcançar credibilidade nos mercados financeiros internacionais, engajando-nos em uma política macroeconômica de construção de confiança a qualquer custo.

Desde 1990 essa atitude submissa tem sido desastrosa para o Brasil. Ela parte de uma visão maniqueísta. Haveria sempre apenas duas alternativas: ou a esquerda utópica, ou a racionalidade do "centro", como se não existisse uma esquerda responsável; ou o nacionalismo populista, ou as políticas "racionalis" da direita, como se não houvesse um nacionalismo sadio semelhante àquele praticado por todos os países ricos.

Ao adotar essa perspectiva, as elites capitalistas e burocráticas brasileiras, às quais o PT definitivamente se juntou, ignoram que as políticas advogadas por Washington e Nova York em nome das restrições econômicas são, na verdade, uma "ortodoxia convencional" muitas vezes insustentável, combinando teoria econômica discutível com pura ideologia. Esse é o caso da política de taxa de juros. Não há nada que justifique que a taxa de juros básica (Selic) seja, no Brasil, várias vezes mais alta que a mesma taxa em países de igual classificação de risco. Deve oscilar para cima, a fim de combater a inflação, e para baixo, a fim de estimular a economia, mas essa oscilação deve permanecer em um patamar civilizado de juros reais.

É o caso também de uma política de câmbio valorizado, que geralmente acompanha uma política de abertura financeira externa. Hoje, graças à valorização do euro e à sustentação da taxa que o Banco Central afinal passou a realizar a partir de meados do ano passado, a sobrevalorização do real reduziu-se, mas continua a existir. Entretanto quem fala em uma taxa de câmbio competitiva, que viabilize grandes investimentos voltados para a exportação, é imediatamente acusado de irresponsável.

Sem dúvida existem restrições econômicas. Mas desde quando a ortodoxia convencional as respeita? Se é necessário que haja estabilidade de preços, garantindo taxas de lucro razoáveis para os investidores, é necessário também que a taxa básica de juros seja baixa, de forma a viabilizar o investimento e não inviabilizar o ajuste fiscal, e que a taxa de câmbio assegure o equilíbrio intertemporal das contas externas e um nível de poupança adequado.

A ortodoxia convencional só respeita as restrições econômicas quando isso lhe interessa. Se o que afirmo não fosse verdade, seria impossível compreender como países como o México, em 1994, o Brasil, em 1998, e a Argentina, em 2001, quebraram depois de receber elogios rasgados pela sua obediência a essa ortodoxia interessada. Como também seria impossível entender o êxito econômico dos países asiáticos, que insistem em não se submeter a essa ortodoxia. São rigorosos no plano fiscal, mas mantêm suas taxas de câmbio estrategicamente competitivas, por meio inclusive de controle da entrada de capitais, e mantêm suas taxas de juros muito baixas. Graças ao câmbio relativamente desvalorizado, reduzem o consumo e alcançam altas taxas de poupança.

Os países asiáticos adotam, assim, a estratégia de crescer não com poupança externa, como afirma a ortodoxia convencional, mas com despoupança externa, ou seja, com saldos em conta corrente. Usam os recursos provenientes desses saldos para comprar dólares e aumentar suas reservas, impedindo assim que suas taxas de câmbio se valorizem e que a taxa de poupança doméstica caia. Crescem, portanto, com poupança doméstica graças a uma taxa de câmbio competitiva, e ainda financiam o déficit em conta corrente americano.

Em síntese, é necessário saber quais são as verdadeiras restrições econômicas, em vez de aceitar o "dictum" de uma ortodoxia convencional que não hesita em apoiar o populismo cambial e a apropriação da riqueza nacional por rentistas.

A esquecida "vontade política" do ex-PT não fazia sentido, mas menos sentido ainda faz a submissão à vontade política dos interesses financeiros. Há uma terceira vontade política, que respeita as restrições econômica e atende aos interesses nacionais. Uma vontade política que, em 2003, novamente não existiu para as elites brasileiras.